

TRAGÉDIA NO SUL

Jader cobra de prefeitos dados sobre moradias

De acordo com o ministro das Cidades, de 400 municípios gaúchos afetados pelas enchentes, somente 38 informaram a respeito da situação habitacional local

» ÁNDREA MALCHER

O ministro das Cidades, Jader Filho, cobrou dos prefeitos gaúchos, ontem, informações para que o planejamento das reconstruções e reformas no Rio Grande do Sul possa ser executado. Ele afirmou que dos mais de 400 municípios afetados pelas enchentes, somente 38 forneceram dados.

“Mesmo que uma casa não tenha sido condenada, não podemos construir se ela está em área de risco. Pode ser que não tenha sido levada (pelas águas), mas se, numa próxima enxurrada, nós vamos edificar uma nova casa naquele mesmo local, será que vai continuar (segura) lá?”, questionou, na sessão no Senado para debater a tragédia no Rio Grande do Sul.

Embora reconheça as dificuldades, Jader afirmou que é importante que as cidades enviem informações o mais rápido possível para que os planos possam ser concluídos e os recursos possam ser liberados, por meio de crédito extraordinário. O ministro lembrou que o desastre no Rio Grande do Sul é resultado das mudanças climáticas e que cheias de grandes proporções passarão a ser o “novo normal”. Ele lembrou que a ideia do governo federal é elaborar uma previsão de gastos para que perdas maiores sejam evitadas.

“Este é o novo normal. E isso nós iremos ver, com cada vez mais frequência, não só no Rio Grande do Sul, mas em todo o país. Se nossas cidades não estiverem preparadas com obras de prevenção a desastres, veremos tragédias como essas cada vez mais frequentemente. O Brasil precisa priorizar isso nos seus orçamentos”, disse.

De acordo com a Defesa Civil

Pedro França/Agência Senado



Ministro adverte que orçamentos das cidades devem destinar mais recursos à prevenção de desastres

gaúcha, mais de 581 mil pessoas tiveram de deixar seus lares, e pelo menos 55 mil estão em abrigos. Jader retorna hoje ao Rio Grande do Sul “para dialogar com o governo do estado, com alguns prefeitos, para já iniciar naquelas regiões onde a água reduziu, onde a gente já pode ter um diagnóstico mais preciso desse problema”.

O ministro adiantou, ainda, que o governo federal estuda alternativas habitacionais para os desalojados e desabrigados pelas inundações. “A Caixa Econômica Federal deve disponibilizar o site para que as construtoras possam cadastrar imóveis que querem vender — metragem, valor, custo de manutenção. Tudo isso para que a gente possa adequar a renda daquelas famílias à realidade desses imóveis que vão ser apresentados”, explicou.

Imóveis prontos

No primeiro levantamento do governo, foram mapeadas “mais de 2 mil novas unidades que já estariam prontas, nos próximos 60 dias, para que a gente possa começar a deslocar essas famílias”. “Vamos estabelecer um valor limite, lembrando que essas casas têm o perfil da faixa 1 (do Minha Casa Minha Vida), que são de famílias que ganham de R\$ 2.630 até R\$ 4 mil, e da faixa 2, de até R\$ 4,4 mil. Esse é o perfil de imóveis que imaginamos. A gente está querendo estabelecer um valor de R\$ 200 mil de teto”, disse Jader, frisando que os imóveis serão adquiridos pelo estado e cedidos a todos aqueles que tiveram casas condenadas ou destruídas pelas enchentes.

O ministro salientou que imobiliárias e proprietários

poderão oferecer imóveis para aquisição. “Na sequência, a Caixa vai abrir para os imóveis usados — de famílias ou imobiliárias que quiserem apresentá-los para que possamos fazer a aquisição. Também dialogaremos com diversas empresas e modos construtivos mais velozes, para dar respostas ao Rio Grande do Sul”, disse.

Nas áreas rurais, Jader observou que é discutida a possibilidade de construção de agrovilas, “onde as pessoas fiquem fora das áreas de risco”. Esses complexos habitacionais seriam voltados para produção, e as pessoas morariam em áreas seguras.

“Não permitiremos construções nessas áreas que foram impactadas pelas enxurradas”, assegurou.

Leia mais na página 5

Mais de 550 mil cirurgias realizadas em 5 anos.

Foi este GDF que fez. E está fazendo muito mais.



Rio leva R\$ 117 mi para vigiar desastre

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante, anunciou, ontem, a aprovação de um financiamento de R\$ 117 milhões para ações de monitoramento, prevenção e resposta a desastres climáticos no município do Rio de Janeiro. O apoio do banco de fomento corresponderá a 90% do investimento total do projeto da Prefeitura do Rio, que somará R\$ 130 milhões.

Segundo Mercadante, R\$ 29 milhões serão investidos no Centro de Operações Rio (COR), que prevê, entre outras ações, um projeto para uso de inteligência artificial nas ações de monitoramento e resposta a desastres naturais. Os demais recursos serão investidos para melhorar o sistema do COR. “Queremos levar essa experiência do COR para o restante do Brasil. O BNDES quer pegar esse produto e transformá-lo para o restante do Brasil”, anunciou.

Segundo o prefeito Eduardo Paes, o principal intuito do COR é “salvar vidas”. “É inaceitável que alguém morra porque não foi avisado de uma enchente, quando você tem um serviço de meteorologia”, frisou, no evento de divulgação do acordo, na sede do centro de operações, no Centro do Rio.

Ao comentar os desafios do aquecimento global, Mercadante reafirmou que o BNDES participará da reconstrução do Rio Grande do Sul, que ainda sofre com a devastação pelas enchentes. O banco estaria pesquisando experiências de outros países que enfrentaram eventos climáticos extremos, como Japão, China e Indonésia.

“Vamos desenhar um plano de reconstrução para o Rio Grande do Sul, porque isso vai acontecer em outras ocasiões. Se você constrói nas mesmas condições, vai ter depressão econômica, porque esse problema vai voltar. Precisa reconstruir inovando”, salientou.

COTAS RACIAIS

STF prorroga validade para concursos públicos e pressionava Congresso

O Supremo Tribunal Federal (STF) prorrogou a validade das cotas raciais em concursos públicos até que o Congresso aprove uma nova diretriz e o estatuto seja sancionado pelo governo federal. Em vigor desde 2014, a medida tinha o prazo de 10 anos de duração e a ação afirmativa tinha prazo para expirar em 10 de junho.

Assinada pelo ministro Flávio

Dino no sábado passado, a decisão levou em consideração que é necessário avaliar os resultados desses anos de vigência antes de estabelecer o marco temporal para o fim do regulamento. “Desde sua origem, a temporalidade prevista na lei teve por finalidade a criação de marco temporal para avaliação da eficácia da ação afirmativa, possibilitar seu realinhamento e programar seu

termo final, se atingido seu objetivo”, salienta a decisão.

Igualdade

Segundo Dino, não avaliar os resultados obtidos até o momento, assim como a consequência da descontinuidade da lei, vai contra as promessas da “Constituição de construção de uma sociedade justa e solidária, com erradicação das desigualdades sociais e sem preconceito de raça, cor e outras formas de discriminação”. Além disso, feriria o compromisso assumido pelo Brasil na Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância — que impõe ao

Estado adotar “políticas de promoção da igualdade de oportunidades para pessoas ou grupos sujeitos ao racismo, à discriminação racial e formas correlatas de intolerância, entre elas medidas de caráter trabalhista”.

Dino ainda pontuou que, no Congresso, tramita um projeto de lei sobre a prorrogação das cotas raciais, cujo o conteúdo foi aprovado pelo Senado sob a justificativa de que a ação afirmativa ainda não atingiu o objetivo proposto nesses 10 anos. “Tais cotas permanecerão sendo observadas até que se conclua o processo legislativo de competência do Congresso Nacional e, subsequentemente, do Poder Executivo”, afirma o ministro na decisão.

Gustavo Moreno/SCO/STF



Medida expiraria em 10 de junho, mas Dino a estendeu até Congresso votar

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Bolsonaristas gastaram R\$ 52 mil para “denunciar censura”

A comitiva de apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) no Congresso que foi aos Estados Unidos, no começo de maio, gastou, pelo menos, R\$ 52,8 mil dos recursos do Legislativo com diárias e passagens aéreas. Cinco dos oito deputados que foram a Washington pediram para que a Câmara dos Deputados reembolsasse custos das viagens.

Dois deputados federais, Eduardo Bolsonaro (PL-SP) e Rodrigo Valadares (União-SE), usaram a cota parlamentar para pagar a passagem aérea. O filho do ex-presidente gastou

R\$ 8,7 mil num bilhete de ida e Valadares, R\$ 11,3 mil em bilhetes de ida e volta.

Já Bia Kicis (PL-DF), Nikolas Ferreira (PL-MG) e Gustavo Gayer (PL-GO) declararam estar em missão oficial para receber a diária de pouco mais de R\$ 2 mil da Câmara. Somados, os três custaram R\$ 32,8 mil da Casa pelos cinco dias passados nos EUA.

Quem viaja para outro país em missão oficial precisa publicar, em algum momento, um relatório sobre a viagem. Nenhuma dos três documentos até agora está protocolado no sistema da Câmara.

O custo de cada um

Bia Kicis (PL-DF)	R\$ 11.299,20
Eduardo Bolsonaro (PL-SP)	R\$ 8.692,11
Gustavo Gayer (PL-GO)	R\$ 11.299,20
Nikolas Ferreira (PL-MG)	R\$ 10.169,28
Rodrigo Valadares (União-SE)	R\$ 11.383,59

Os deputados federais Marcos Pollon (PL-MS), Filipe Barros (PL-PR), Cabo Gilberto Silva (PL-PB) e o senador Eduardo Girão (Novo-CE), até o momento, não pediram ressarcimento do Congresso pela viagem. O valor

pode aumentar, já que ainda há tempo para que eles possam pedir o reembolso.

Em solo americano, os congressistas participaram de audiência da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos

Representantes (equivalente à Câmara dos Deputados) do país, que discutiu sobre suposta “censura” do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes contra plataformas virtuais. Durante a sessão, uma deputada republicana mostrou uma foto do magistrado, enquanto enumerava supostas ilegalidades cometidas por ele. Outra congressista, democrata, classificou o encontro como a apresentação de uma “visão distorcida da democracia brasileira”.

Os deputados que estiveram em missão oficial também

informaram que participaram de reuniões organizadas pelo Conservative Caucus, uma organização que reúne cidadãos conservadores para “fazer lobby” com deputados e senadores americanos para aprovar leis conservadoras e “revogar gastos socialistas”. O grupo define como a esquerda como adversária.

Procurados, apenas um deputado respondeu a respeito dos gastos. Gustavo Gayer enviou uma receita de bolo, como ele costumamente faz quando procurado por jornalistas, em resposta às dúvidas dos repórteres.